

Relatório da administração

Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP de acordo com as regras definidas no contrato de concessão. Em agosto de 2016, tivemos os reajustes das tarifas. A TBX - Tarifa Básica de Pedágio (tarifa aplicada nos dias úteis), foi reajustada de R\$ 10,30 para R\$ 11,00 e TBA - Tarifa Básica com Adicional (tarifa aplicada nos finais de semana e feriados nacionais), foi reajustada de R\$ 17,20 para R\$ 18,30. No ano de 2016 a receita operacional bruta da companhia atingiu o valor de R\$ 110,2 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, com redução de 1,08% sobre o obtido em 2015. Explicada pela redução de 5,5% no tráfego da rodovia no ano de 2016 influenciado pelos efeitos macroeconômicos, além do deslocamento do calendário de feriados. Neste mesmo ano tivemos um resultado líquido inferior em 7,09% quando comparamos com o ano de 2015. A redução no lucro líquido é explicada principalmente pelo aumento das despesas financeiras, devido ao aumento do endividamento para realização das obras de melhoria da rodovia. Foi captado financiamento de longo prazo no valor de R\$ 65 milhões no mês de abril, na modalidade debêntures, para conclusão das obras de melhoria na rodovia. No ano de 2016, foram realizados aproximadamente R\$ 19 milhões em investimentos, destacando-se a obra prevista no 8º Termo Aditivo do contrato de concessão que contempla a melhoria da segurança viária com a implantação dos dispositivos de separação de pistas, adequação das sinalizações, alargamento das pistas, pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem, implantação de passarelas e construção de retornos e travessias de pedestres. Foi realizado no ano de 2016 o pagamento à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, o valor de R\$ 11.483 mil, sendo R\$ 1.299 mil relativos a juros sobre capital próprio do ano de 2015 e R\$ 10.184 mil referente ao lucro líquido apurado até terceiro trimestre de 2016.

4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Social: 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento – Stakeholders: No âmbito de atuação da responsabilidade corporativa, um dos maiores investimentos socioeducativos do Grupo CCR é o Programa Caminhos para a Cidadania, que contribui no desenvolvimento de cidadãos mais conscientes com

o trânsito e o meio ambiente. Em 2016, na região de abrangência da CCR ViaLagos, o Programa atendeu 14,5 mil alunos e 440 professores dos municípios de Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Além disso, em 2016, a CCR ViaLagos levou projetos culturais itinerantes para a Região dos Lagos, tais como: Buzum!, Cine em Cena, Teatro a Bordo e Photo Truck. **4.2 Desempenho Ambiental: 4.2.1 Capital Manufacturado:** No ano de 2016 o destaque é a obra Melhoria da segurança viária, presente no 8º Termo Aditivo contratual. A implantação dos dispositivos de separação de pistas transformou a Rodovia dos Lagos em uma estrada ainda mais moderna, confortável e segura para os seus usuários. Esta importante obra influenciou na redução significativa dos índices de acidentes e mortalidades na rodovia. No ano de 2016, quando comparado com 2015, tivemos uma redução de 16% e 47% nos índices de acidentes e mortalidade respectivamente. Esta redução é mais importante quando comparada com os anos anteriores à implantação das obras de melhorias (2010 a 2012), quando os índices de acidente e mortalidade reduzem 20% e 82% respectivamente. **5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos:** Administração da CCR ViaLagos agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a AGETRANSP, aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2016. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso Relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. Rio Bonito, 16 de fevereiro de 2016. A Administração.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	6	28.368	10.847		
Contas a receber	7	4.084	365		
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	4.307		
Impostos a recuperar		2.944	5.075		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430		
Adiantamentos a Fornecedores		34	1.000		
Despesas antecipadas e outras		543	405		
Total do ativo circulante		36.403	22.429		
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos diferidos	8b	1.856	4.288		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	8.210	8.640		
Depósitos judiciais e outros		560	294		
		10.626	13.222		
Imobilizado	11	10.706	10.862		
Intangível	12	232.032	220.778		
Total do ativo não circulante		253.364	244.862		
Total do ativo		289.767	267.291		
Passivo					
Circulante					
Debêntures	13	6.960	73.030		
Fornecedores	14	6.153	3.137		
Fornecedores - partes relacionadas	10	386	364		
Imposto de renda e contribuição social		846	-		
Impostos e contribuições a recolher		1.547	1.316		
Obrigações sociais e trabalhistas		2.308	2.326		
Obrigações com o poder concedente		51	52		
Provisão de manutenção	16	3.766	2.258		
Juros sobre capital próprio		-	1.104		
Outras contas a pagar		179	253		
Total do passivo circulante		22.196	83.840		
Não circulante					
Debêntures	13	228.771	153.491		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	4.433	3.824		
Provisão de manutenção	16	6.744	6.312		
Total do passivo não circulante		239.948	163.627		
Patrimônio líquido					
Capital social	17a	12.550	12.550		
Reserva de lucros	17c	15.073	7.274		
Total do patrimônio líquido		27.623	19.824		
Total do passivo e patrimônio líquido		289.767	267.291		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	17.983	19.356
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.432	(2.176)
Apropriação de despesas antecipadas	430	430
Depreciação e amortização	9.226	7.002
Baixa de ativo imobilizado e Intangível	171	21
Variação cambial sobre empréstimos	-	47.242
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	32.727	20.691
Capitalização dos custos de empréstimos	(822)	(2.248)
Resultado de operação com derivativos	-	(39.267)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	781	1.942
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(116)	183
Constituição da provisão de manutenção	960	4.740
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.093	941
	46.882	39.501

Variações nos ativos e passivos

Aumento (redução) dos ativos

Contas a receber	(3.603)	(214)
Contas a receber - partes relacionadas	4.307	263
Impostos a recuperar	2.131	189
Despesas antecipadas e outras	(404)	(136)
Adiantamentos a fornecedores	966	5
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	3.016	(3.912)
Fornecedores - partes relacionadas	22	(516)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	4.595	3.398
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(3.518)	(3.583)
Obrigações sociais e trabalhistas	(18)	301
Pagamentos com riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(172)	(384)
Realização provisão de manutenção	(113)	(3.966)
Obrigações com o poder concedente	(1)	(1)
Outras contas a pagar	(74)	13
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	71.999	50.314

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado	(1.235)	(4.624)
Adições ao ativo intangível	(18.438)	(34.977)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(19.673)	(39.601)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Liquidação de operação com derivativos	-	59.678
Financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações	64.302	148.130
Pagamentos de principal	(67.000)	(199.850)
Pagamentos de juros	(20.819)	(11.290)
Dividendos e JCP pagos	(11.288)	(26.482)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(34.805)	(29.814)

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa

Demonstração de aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	17.521	(19.101)
No início do exercício	10.847	29.948
No final do exercício	28.368	10.847
	17.521	(19.101)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1.1 Aos acionistas: Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2016, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos SA – CCR ViaLagos, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. **1.2 Apresentação:** A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governador do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. **1.3 Destaques do Ano de 2016:** A empresa está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu Plano de Investimentos. Desta forma, foi contratado financiamento no valor de R\$ 65 milhões em abril de 2016, com vencimento para abril de 2018 que contribuiu para a implantação de melhorias na rodovia. A Rodovia dos Lagos (RJ-124) foi muito bem avaliada na Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo segundo ano consecutivo, a via foi a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria. **2. Estratégia e Gestão: 2.1 Gestão de Pessoas:** A política de gestão de pessoas da CCR ViaLagos está voltada a valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2016 foi em média 163. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1 Desempenho: As tarifas de pedágio cobradas pela CCR ViaLagos são definidas pela Agência Reguladora dos Serviços

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	28.368	10.847
Contas a receber	7	4.084	365
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	4.307
Impostos a recuperar		2.944	5.075
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430
Adiantamentos a Fornecedores		34	1.000
Despesas antecipadas e outras		543	405
Total do ativo circulante		36.403	22.429
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	1.856	4.288
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	8.210	8.640
Depósitos judiciais e outros		560	294
		10.626	13.222
Imobilizado	11	10.706	10.862
Intangível	12	232.032	220.778
Total do ativo não circulante		253.364	244.862
Total do ativo		289.767	267.291
Passivo			
Circulante			
Debêntures	13	6.960	73.030
Fornecedores	14	6.153	3.137
Fornecedores - partes relacionadas	10	386	364
Imposto de renda e contribuição social		846	-
Impostos e contribuições a recolher		1.547	1.316
Obrigações sociais e trabalhistas		2.308	2.326
Obrigações com o poder concedente		51	52
Provisão de manutenção	16	3.766	2.258
Juros sobre capital próprio		-	1.104
Outras contas a pagar		179	253
Total do passivo circulante		22.196	83.840
Não circulante			
Debêntures	13	228.771	153.491
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	4.433	3.824
Provisão de manutenção	16	6.744	6.312
Total do passivo não circulante		239.948	163.627
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	12.550	12.550
Reserva de lucros	17c	15.073	7.274
Total do patrimônio líquido		27.623	19.824
Total do passivo e patrimônio líquido		289.767	267.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida			
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(18.442)	(34.977)
Provisão de manutenção	16	(960)	(4.740)
Depreciação e amortização	11 e 12	(9.226)	(7.002)
Custo da outorga		(430)	(430)
Serviços		(5.389)	(5.636)
Custo com pessoal		(8.205)	(9.251)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.035)	(1.446)
Outros		(2.033)	(2.777)
		(45.720)	(66.259)
Lucro bruto		71.859	68.981
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(5.241)	(3.869)
Serviços		(6.551)	(6.906)
Materiais, equipamentos e veículos		(252)	(235)
Outras		(2.925)	(4.474)
		(14.969)	(15.484)
Outros resultados operacionais		417	280
Resultado antes do resultado financeiro		57.307	53.777
Resultado financeiro	19	(30.202)	(25.493)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		27.105	28.284
Imposto de renda e contribuição social	8a	(9.122)	(8.928)
Lucro líquido do exercício		17.983	19.356
Lucro líquido por ação - (em reais - R\$)			
Lucro por ação - básico e diluído	17f	0,51135	0,55039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	17.983	19.356
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	17.983	19.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governador do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. O prazo de concessão inicial era de 25 anos, contados a partir da ordem de início expedida pelo DER-RJ em janeiro de 1997. Com a aprovação do Poder Concedente, por meio de processo para reformulação do contrato com objetivo de reduzir as tarifas de pedágio e incluir investimentos para obras de melhoria das condições de conforto e segurança da rodovia, o prazo de concessão foi estendido por mais 25 anos sendo, inicialmente até janeiro de 2037, por meio do 8º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2011, e, recentemente, estendido até janeiro de 2047, por meio do 10º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2016. A partir desses aditivos, a Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisória metálica entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR ViaLagos ainda contribuirão para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo segundo ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da companhia. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com

moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receita de Serviços:** As receitas de pedágio, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPD 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **l) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros **m) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **n) Benefícios a empregados:** • Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **p) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **r) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento Descrição Vigência

Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge, dentre outros.

A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.

A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

s) Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016: Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece

critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitua um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota**
- Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
 - Impostos diferidos
 - Depreciação do ativo imobilizado
 - Amortização dos ativos intangíveis
 - Provisão para riscos
 - Provisão de manutenção
 - Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados no método a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda, que visam à proteção contra riscos cambiais. **Operações de swap de moeda:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de taxa de câmbio. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 20. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	6.960	65.000	-	164.955	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.					

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixas e bancos	1.869	1.477
Aplicações financeiras	26.499	9.370
	28.368	10.847

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	2016	2015
Pedágio eletrônico (a)	3.970	193
Receitas acessórias (b)	130	261
Receitas de arrecadação - PEX (a)	83	126
	4.183	580
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(99)	(215)
	4.084	365

Idade de vencimento dos títulos

	2016	2015
Créditos a vencer	4.005	329
Créditos vencidos até 60 dias	78	16
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	20
Créditos vencidos de 91 a 360 dias	99	215
	4.183	580

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, a partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser partes relacionadas, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Condição do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.105	28.284
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(9.216)	(9.617)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		

Incentivo relativo ao imposto de renda	308	469
Outros ajustes tributários	22	29
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(148)	(58)
Despesas indedutíveis	(56)	(137)
Despesas com brindes e associações de classe	(32)	(56)
Juros sobre capital próprio	-	442
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.122)	(8.928)
Impostos correntes	(6.690)	(11.104)
Impostos diferidos	(2.432)	2.176
Alíquota efetiva de impostos	33,65%	31,57%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2016	2015
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	4.021	7.034
Valor justo de operações com derivativos	3.661	3.661
Perdas em operações com derivativos	15.298	15.298
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.507	1.300
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	10.308	9.986
Outros	391	626
	35.186	37.905

Bases passivas

Valor justo de operações de derivativos	(3.661)	(3.661)
Ganhos de operações com derivativos	(15.298)	(15.298)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(13.574)	(13.913)
Outros	(797)	(745)
	(33.330)	(33.617)
Ativo diferido líquido	1.856	4.288

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2017	2.358
2018	1.663
	4.021

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão:

	2016	2015
Circulante	430	430
Não circulante	8.210	8.640
	8.640	9.070

A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2016		2015	
	Saldos	Ativo	Passivo	Fornecedores
Serviços Prestados				
Imobilizado / Contas a receber				
Contas a pagar				

Controladora

CCR (a)	2.560	-	-	200
Outras partes relacionadas				
SPCC (b)	-	229	-	-
CPC (c)	2.142	-	-	186
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				386
Total, 31 de dezembro de 2016	4.702	229	-	386
Total, 31 de dezembro de 2015	4.602	-	4.307	364

Despesas com profissionais chaves da administração

	2016	2015
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.271	963
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	-	-
Complemento de PPR pago no ano	591	231
Previdência privada	92	54
Seguro de vida	2	2
	1.956	1.250

Na AGO realizada em 29 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.500, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração

	2016	2015
Remuneração dos administradores	129	116

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Aquisição de bens de imobilizado; e (c) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfê-rências (a)
Móveis e utensílios	689	-	-	689
Máquinas e equipamentos	3.942	(1)	(531)	3.410
Veículos	2.734	(295)	717	3.156
Instalações e edificações	5.908	-	2.680	8.588
Imobilizações em andamento	7.978	1.748	(3.461)	6.265
	21.251	1.748	(296)	(595)
	2014	2015		
Saldo inicial	677	(2)	14	689
Máquinas e equipamentos	4.005	(19)	(44)	3.942
Veículos	2.773	(340)	301	2.734
Instalações e edificações	5.688	(4)	224	5.908
Imobilizações em andamento	3.482	4.992	(496)	7.978
	16.625	4.992	(365)	(1)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível; Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 513 em 2016 (R\$ 368 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 8,47% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,99% a.a. em 2015.

Movimentação da depreciação

	2015		2016	
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transfê-rências
Móveis e utensílios	10	(387)	(51)	-
Máquinas e equipamentos	13	(3.396)	(194)	1
Veículos	22	(1.567)	(632)	237
Instalações e edificações	09	(5.039)	(374)	(824)
		(10.389)	(1.251)	238
		2014	2015	
Taxa média anual de depreciação %				
Saldo inicial		(335)	(54)	2
Máquinas e equipamentos		(3.335)	(208)	17
Veículos		(1.295)	(593)	321
Instalações e edificações		(4.615)	(298)	4
		(9.580)	(1.153)	344

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Transfê-rências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	275.606	18.747	-	1 294.354
Direitos de uso de sistemas informatizados	862	-	-	457
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	280	-	(126)	136
	276.748	18.747	(126)	594
	2014	2015		
Saldo inicial	240.748	34.857	1	275.606
Direitos de exploração da infraestrutura	862	-	-	862
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	280	-	-	280
	241.890	34.857	1	276.748

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 309 em 2016 (R\$ 1.880 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 8,47 % a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,99% a.a. em 2015. (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(55.017)	(7.828)	-	1	(62.844)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(680)	(128)	-	(1)	(809)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(273)	(19)	13	1	(278)
		(55.970)	(7.975)	13	1	(63.931)
			2014		2015	
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Saldo final		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(49.261)	(5.756)	(55.017)		
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(592)	(88)	(680)		
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(268)	(5)	(273)		
		(50.121)	(5.849)	(55.970)		

(b) Amortização pela curva de benefício.

13. Debêntures:

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento final	2016	2015
1ª Emissão - Série única	109,50% do CDI	0,1088% (b)	-	-	Abril de 2016	-	69.127 (c)
2ª Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	1.429	Julho de 2020	168.995	157.394 (c)
3ª Emissão - Série única	118% do CDI	0,5407% (b)	697	466	Abril de 2018	66.736	- (c)
Total geral				1.895		235.731	226.521
						2016	2015

	2016	2015
Circulante		
Debêntures	7.671	73.433
Custos de transação	(711)	(403)
	6.960	73.030
Não Circulante		
Debêntures	229.955	154.856
Custos de transação	(1.184)	(1.365)
	228.771	153.491

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias: (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2016
2018	65.000
2020	164.955
	229.955

1. Em 10 de abril de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 6.700 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com valor nominal total de R\$ 67.000, as quais têm remuneração de 109,50% do CDI. O valor nominal das debêntures e os juros foram pagos integralmente em 10 de abril de 2016, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura. Dentro os critérios de vencimento antecipado estava o pagamento dos dividendos aos acionistas, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios. 2. Em 15 de julho de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e vencimento em 15 de julho de 2020. As debêntures têm remuneração de IPCA + 7,34% a.a., o primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. Dentro os critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora: (i) em qualquer valor, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) em valor superior ao mínimo legal mencionado acima, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4, utilizando o método de verificação e as definições de Dívida Líquida e EBITDA previstos na escritura. 3. Em 11 de abril de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 65.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia. A amortização do principal ocorrerá no vencimento, em 11 de abril de 2018, e os juros serão pagos semestralmente, com remuneração de 118,0% do CDI. Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4 (quatro) vezes, exceto se a emissora apresentar carta de fiança bancária.

14. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	2.962	588
Cauções e retenções contratuais (b)	3.185	2.516
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	6	33
	6.153	3.137

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016	
	Saldo Inicial	Constituição/reversão	Pagamentos	Atualização monetária Saldo final
Não circulante				
Cíveis e administrativos	2.169	(165)	(112)	681
Trabalhistas e previdenciários	41	120	(60)	2
Tributários	1.614	-	-	143
	3.824	(45)	(172)	826
	2014		2015	
	Saldo Inicial	Constituição/reversão	Pagamentos	Atualização monetária Saldo final
Cíveis e administrativos	668	1.267	(20)	254
Trabalhistas e previdenciários	126	(17)	(88)	20
Tributários	1.472	-	-	142
	2.266	1.250	(108)	416

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 373 e R\$ 149, respectivamente (R\$ 166 e R\$ 110, respectivamente em 2015). A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Cíveis e administrativos	307	134
Trabalhistas e previdenciárias	25	49
	332	183

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2016 é de R\$ 918.

16. Provisão de manutenção:

	2015		2016	
	Saldo Inicial	Constituição / reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização Transferências Saldo final
Circulante	2.258	(1.815)	260	(113)
Não circulante	6.312	2.775	833	(3.176)
	8.570	960	1.093	(113)
	2014		2015	
	Saldo Inicial	Constituição / reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização Transferências Saldo final
Circulante	1.410	3.366	162	(3.966)
Não circulante	5.445	1.374	779	(1.286)
	6.855	4.740	941	(3.966)

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **e. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 16 de novembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.184, correspondente a R\$ 0,29 por ação, à conta parte do lucro apurado no período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2016, os dividendos intermediários foram distribuídos conforme base acionária de 16 de novembro de 2016. A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 2.525, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

Lucro líquido do exercício	17.983	2016
(-) Constituição de reserva estatutária	(90)	
Lucro líquido ajustado	17.893	

Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado
Dividendos intermediários pagos
Dividendo adicional proposto

	4.473	
	10.184	
	2.525	

	2016	2015
f. Lucro básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.		
Numerador		
Lucro líquido do exercício	17.983	19.356
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	17.584	17.584
Média ponderada de ações preferenciais (em milhares)	17.584	17.584
Lucro por ação - básico e diluído	0,51135	0,55039

18. Receitas:

	2016	2015
Receitas de pedágio	109.339	110.542
Receitas de construção	18.442	34.977
Receitas acessórias	866	869
Receita bruta	128.647	146.388
Impostos sobre receitas	(9.550)	(9.651)
Abatimentos	(1.518)	(1.497)
Deduções das receitas brutas	(11.068)	(11.148)
Receita líquida	117.579	135.240

19. Resultado financeiro:

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(22.628)	(15.834)
Varição cambial sobre empréstimos	-	(74.427)
Varição monetária sobre debêntures	(10.280)	(4.857)
Perda com operações de derivativos	-	(52.543)
Valor justo sobre empréstimos (fair value option)	-	(1.766)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.093)	(941)
Capitalização de custos dos empréstimos	822	2.248
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(491)	(879)
	(33.670)	(148.999)

	2016	2015
Receitas financeiras (a)		
Ganho com operações de derivativos	-	92.201
Varição cambial sobre empréstimos	-	27.185
Valor justo sobre empréstimos (fair value option)	-	1.375
Varição monetária sobre empréstimos, finanças e debêntures	181	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.665	2.270
Juros e outras receitas financeiras	622	475
	3.468	123.506
	(30.202)	(25.493)

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 169 (R\$ 55 em 2015).

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vincendos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2016		2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos					
Aplicações financeiras	26.499	-	-	9.370	-
Contas a receber	-	4.084	-	-	365
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-	4.307
Passivos					
Debêntures (a)	-	-	(235.731)	-	(226.521)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(6.332)	-	(3.442)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(386)	-	(364)
	26.499	4.084	(242.449)	9.370	4.672

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; **• Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; **• Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016	2015
Valor contábil (a)	237.626	246.242

(a) Valores brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&Fbovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2016	2015
Aplicações financeiras	26.499	9.370

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **• Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de swaps visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valores brutos contratados e liquidados		Resultado		
				Moeda estrangeira	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Recebidos/ Pagos	Ganho/(Perda) em resultado	
				2016	2015	2016	2015	2016	2015	
SWAP										
	Merrill Lynch	15/08/2013	17/08/2015	USD + Libor 3M + 1,40% a.a.	- 56.980	- 176.786	- 59.678	- 39.658		
				109,95 % do CDI						

TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 E 2015

	- 59.678	- 39.658
TOTAL DAS OPERAÇÕES	- 59.678	- 39.658

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	2016	2015
Riscos Cambiais	-	39.658

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (6)	Efeito em R\$ no resultado		Cenário B 50%
				Cenário provável	Cenário A 25%	

o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da

concessão. Em 31 de dezembro de 2016 esses compromissos totalizavam R\$ 53.250 (R\$ 31.431 em 31 de dezembro de 2015) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes. **22. Demonstração dos fluxos de caixa:** Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício de 2016 e 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2016	2015
Fornecedores	-	2.000
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	2.000
Adições ao ativo intangível	-	(2.000)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(2.000)

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cloeff - Presidente do Conselho; Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro; Arthur Pílotto Filho - Conselheiro; Francisco de Assis Nunes Bulhões - Conselheiro; Leonardo Couto Vianna - Conselheiro; Paulo Yukio Fukuzaki - Conselheiro; Ricardo Bisordi de Oliveira Lima - Conselheiro; Ricardo Antonio Mello Castanheira - Conselheiro.

Composição da Diretoria

Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor Presidente; Francisco Pierrini - Diretor Operacional

Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3 "S" RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. Rio Bonito- RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7